Anais | I Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura - SEMLACult
Actas | I Seminario Latinoamericano de Estudios en Cultura - SEMLACult
28, 29 e 30 de junho de 2017, Foz do Iguaçu/PR, Brasil | claec.org/semlacult
Resumos Expandidos

Museus comunitários no Brasil: descolonizando o pensamento museológico

Museos de la comunidade en Brasil: descolonizando el pensamiento museológico

Débora de Souza Simões[1]

Resumo

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise sobre os museus de comunidade brasileiros, tratando esses como possíveis descolonizadores de um pensamento museológico. Com isso, busca-se fazer uma contextualização histórica sobre a constituição de um fazer museológico colonialista em contraste com a chamada Nova Museologia e os museus de comunidade. Dessa oposição procura-se conectar a Museologia às discussões das Ciências Sociais em três pontos: a crítica à construção da identidade nacional junto aos museus, a desconstrução dessa identidade a partir dos museus de comunidade e, com isso, a descolonização do pensamento museológico, e os pontos de influência da democracia participativa junto à prática da participação social desses novos modelos museológicos.

Palavras-Chave: Descolonização, identidade, museus de comunidade, participação, representação.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo realizar una análisis sobre los museos de la comunidad en Brasil, tratándolos como posibles descolonizadores de un pensamiento museológico. Por lo tanto, buscamos contextualizar históricamente la constituicion del hecho museológico colonial en contraste con la llamada Nueva Museologia y museos comunitarios. Con esta oposición se busca conectar la Museología com las discusiones de Ciencias Sociales en tres puntos: la crítica de la construcción de la identidad nacional junto con los museos, la deconstrucción de esta identidad junto con los museos de la comunidad y, por lo tanto, la descolonización del pensamiento museológico, y los puntos de influencia de la democracia participativa por la práctica de la participación social de estos nuevos modelos museológicos.

Palabras claves: Descolonización, identidade, museos de la comunidade, participación, representación.

1. Introdução

Este trabalho foi primeiramente pensando durante o 8º Encontro Paulista de Museus (que aconteceu em junho de 2016); a programação do evento trazia as diversas áreas da museologia, como salvaguarda de acervos, gestão e educação, mas foi durante a apresentação de Mário de Souza Chagas[2] (Prof. Dr. da Unirio) dentro do painel denominado "*Articulando Museus e Comunidades*" que foi possível conectar as discussões da museologia social com as questões tratadas nas Ciências Sociais; em sua fala, Mário Chagas trazia a crítica relacionada aos museus tradicionais brasileiros, dizendo que esses foram criações de uma etapa histórica colonialista, e questionava: "*É possível descolonizar o pensamento museológico?*" Para ele, o

[1]Mestranda em Ciências Sociais; Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/UNESP; Araraquara, São Paulo, Brasil; debora-dss@hotmail.com

[2]Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6BPyh8I2wfI

museu não deve ser feito somente para a comunidade, mas com a comunidade, considerava que tais instituições deveriam possuir uma função social, como: redução de injustiças e desigualdades sociais, combates aos preconceitos, melhoria da qualidade de vida coletiva, fortalecimento da dignidade e coesão social, utilização do poder da memória a favor das comunidades populares.

A apresentação de Mário Chagas parte de uma vertente recente da museologia, primeiramente conhecida como Nova Museologia, e também reconhecida por outras denominações, como Museologia Social e Sociomuseologia, mas que se referem a uma nova forma de se pensar e trabalhar com os museus, com o pressuposto de que os museus devem possuir uma função social.

Com isso, esse trabalho tem como objetivo apresentar a Nova Social e buscar o debate entre essa e as Ciências Sociais, especificamente na prática museológica desenvolvida a partir dos museus de comunidade, tocando em três pontos: a crítica à construção da identidade nacional junto aos museus, a desconstrução dessa identidade a partir dos museus de comunidade e, com isso, a descolonização do pensamento museológico, e os pontos de influência da democracia participativa junto à prática da participação social desses novos modelos museológicos.

2. Apresentando a Nova Museologia

A chamada Nova Museologia abrange diversificadas práticas museológicas que passaram a ser desenvolvidas a partir dos anos setenta do século XX, mas que possuem o mesmo fio condutor na história e nos conceitos que abarcam. Ela surge com a demanda por mudanças no modo de se pensar os museus vinda dos próprios museólogos, em decorrência da decadência de público nos museus tradicionais e da rejeição proposital da população aos museus enquanto espaços que não contemplavam a sociedade. As primeiras discussões possuem raízes francófonas e anglo-saxônicas, mas logo se expandiram para diversos países (DUARTE, 2013, p.100).

A partir dessa demanda passa-se a pensar a democratização cultural, com o pressuposto de que "(...) o museu tinha sido um instrumento a serviço das elites sociais e intelectuais, é entendido que a continuação da sua existência deve passar pela sua transformação em instituição a serviço de todos e utilizada por todos" (DUARTE, 2013, p. 101). Dessa primeira preocupação surgem práticas educativas dentro dos museus, mudanças nas exposições para que ficassem com caráter mais pedagógico; porém, essas primeiras mudanças não foram suficientes para satisfazer o público, principalmente no sentido de representação, pois o acesso aos museus foi democratizado, o acesso àquela cultura material fora democratizada, mas não despertava um sentimento de pertencimento em grande parte da população (DUARTE, 2013, p. 102).

É dessa problemática que surge a proposta de um ecomuseu (termo cunhado por Hugues de Varin-Bohan e Georges Henri Rivière), que possuía como objetivo pensar a comunidade junto ao seu território, mas um projeto que deveria ser desenvolvido com ampla participação da população local; museu/comunidade/território, essa relação partia de uma vertente ambiental, um museu construído com a população com o objetivo de fazer com que essa pense seu espaço, com soluções a serem dadas aos problemas ambientas e sociais de seu território, assim como de compreender a própria história, cultura e identidade e buscar seu patrimônio nessas relações; sendo o papel dos museólogos de mediadores desse processo. "A população local é, então, não só objeto, mas sujeito da instituição, não somente público, mas agente da ação e da animação" (VARINE-BOHAN, 2000, p. 68-69).

3. Descolonizando o pensamento museológico brasileiro

Pensar a descolonização dos museus brasileiros a partir de uma nova concepção de museologia – a Nova Museologia, Museologia Social ou Sociomuseologia -, é romper com o fazer museológico enraizado no país; a palavra descolonização aqui empreendida refere-se à própria ruptura com as práticas museológicas desenvolvidas a partir da implantação dessas instituições no Brasil, é romper com as representações que se encontram conectadas à história oficial e à identidade nacional que começou a ser configurada no período imperial.

Os museus brasileiros estiveram intimamente ligados aos projetos de constructo de um imaginário da nação contado pelos vencedores, no sentido que Benjamin (1994) fala sobre os vencedores da história, pois estão conectados à chegada da família real (1808), com ela foram instauradas "(...) instituições que transformavam a colônia não apenas na sede provisória da monarquia portuguesa, como em um centro produtor e reprodutor de sua cultura e memória" (SCHWARCZ, 1993, p. 24). Dentre essas primeiras instituições, o Museu Real (atual Museu Nacional) inaugura a constituição de uma rede de museus que serviriam à história, às ciências naturais e aos estudos etnográficos, atrelados a visão do colonizador europeu, dos dominantes e vencedores da história.

Durante o século XIX, principalmente a partir da década de 70, e ainda no século XX as instituições museológicas estiveram atreladas a essa concepção de história, em linhas gerais, compondo acervos que caracterizavam uma memória comemorativa, como os museus militares que surgiram após a Guerra do Paraguai (1864-1870), como também os museus históricos que buscaram em datas e eventos expor a história nacional ou regional, e os museus de ciências naturais e etnográficos, nesses a etnografia foi tratada como uma ciência natural, com pesquisas de cunho evolucionista, marcada tanto pela comparação da cultura material quanto da anatomia humana. Com isso, esse período marca a constituição de diferentes museus, mas que possuem uma semelhança: seguiram os modelos europeus do século XVIII de museus comemorativos da história nacional, instituições públicas, de guarda da memória, e os modelos de museus etnográficos do século XIX (SCHWARCZ, 1993, p. 67-70).

Myrian Sepúlveda dos Santos, ao tratar da representação dos negros nos museus brasileiros, faz uma comparação entre os rituais antropofágicos tupinambás com a concepção moderna de história, sendo que uma das características do primeiro, o ato de devorar o inimigo, traz o significado de apaziguar o ressentimento que ele havia causado, com a história moderna devora-se o passado para seguir em frente, para esquecê-lo. "(...) quando aceitamos como verdadeira a fusão entre evento e representação, eliminamos a possibilidade de compreender as histórias paralelas cujos autores não tem força ou poder para narrá-las" (SANTOS, 2005, p. 40).

Considerando a relação que Santos (2005) faz entre memória e história, partindo de três pressupostos para caracterizá-la: a primeira de que o passado é construído pelo presente (tanto a história quanto a memória constroem o passado a partir de uma perspectiva do presente) e o presente pelo passado, a segunda que a história é resultado de relações de poder, e a terceira que "[...] tanto a história como a memória são múltiplas e complexas, porque resultado do entrelaçamento de diferentes narrativas, as quais, embora produzidas em diferentes contextos históricos, coexistem no presente" (SANTOS, 2005, p. 37); com isso, os museus ditos tradicionais serviram (e ainda servem) como instituições de veiculação de identidades interpretadas em diferentes momentos (perpassados pelas relações de poder de cada contexto histórico), e todas essas identidades coexistem dentro dos museus, como do indígena romantizado retratado como um personagem do passado, do brasileiro mestiço, da

cultura negra inferiorizada, dos negros rememorados somente na cultura popular, entre outras. Porém, como Santos (2005, p. 37) pontuou, tanto a história quanto a memória possuem uma diversidade de narrativas e, com isso, outras interpretações e outras identidades que foram subalternizadas (muitas resgatadas a partir de políticas afirmativas atuais) contestam as identidades forjadas e histórias oficiais. Nesse sentido, as teorias da Nova Museologia vão de encontro com as teorias pós-coloniais, essas que segundo Costa (2006), não possui uma matriz única, mas refere-se a um processo em comum de descentramento teórico, buscar através de uma vertente epistemológica crítica desconstruir o discurso caracterizado como colonial e central.

Os museus comunitários quando implantados fazem um resgate da história e cultura local, quebram com as construções da identidade nacional, regional ou local; em semelhança ao que Stuart Hall (2001) traz sobre a decadência das identidades nacionais, essas que não deixam de existir, mas junto a elas novas identidades são produzidas, identidades descentradas, aqui não se nega a influência global e nacional nos locais, mas o processo pelo qual os museus de comunidade passam trazem outra forma de se pensar as identidades, àquelas que partem de si para se conhecerem e reconhecerem; conferem a possibilidade de representar histórias e identidades que são refletidas pelos próprios moradores de um determinado território.

Já existem diversos museus de comunidade no mundo e no Brasil, cada qual possui sua especificidade, representam o avesso do denominado museu tradicional, pois como já foi colocado, o objetivo desses museus é fazer com que a própria comunidade passe por um processo reflexivo, que se represente, que reflita sobre sua história junto ao território que habita, que compreendam quais os problemas sociais e ambientais de tal território (alguns não trazem essa perspectiva ambiental) e criem possibilidades (através do museu) de solucionar problemas locais. Um exemplo de museu de comunidade no Brasil é o Museu da Maré, localizado na Favela da Maré no Rio de Janeiro, inaugurado em 2006, é administrado pela própria comunidade em conjunto com o Ceasm (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré), esse criado pelos próprios moradores da favela.

Consistiu em um resgate documental dentro e fora da favela, dentro da favela foi realizado um trabalho de história oral, e fora, de busca pela documentação sobre a favela que "[...] reúne mais de 3.200 itens, é composto por mapas, vídeos, fotografias, recortes de jornais e outros documentos textuais, objetos pessoais, objetos de uso doméstico, alfaias de faina, alfaias religiosas e brinquedos" (CHAGAS; ABREU, 2007, p. 133). Esta documentação refere-se a um complexo de 16 comunidades, da pluralidade de identidades, de histórias, tradições, de tempos diferentes da formação da favela, das migrações, da pobreza, violência, nos medos e problemas sociais. Representa a possibilidade de documentar, escrever a história dessa população e patrimonializar seus bens culturais e, ao mesmo tempo reivindicar políticas públicas. Também tomam o sentido de mostrar a violência e a precariedade do espaço sem estereotipar os moradores, mostrando que são pessoas com histórias e identidades diversas.

4. Museus comunitários, participação democrática e social

A partir do pensamento de Hugues de Varine-Bohan (2014) um museu comunitário deve servir ao desenvolvimento local no âmbito natural, humano e cultural, deve partir da comunidade, um movimento de baixo para cima, mesmo que se utilize de recursos advindos de políticas nacionais ou internacionais, mas a garantia do desenvolvimento deve ser local, porém, para ele, as comunidades normalmente não estão preparadas para uma administração dessa amplitude "[...] porque os sistemas existentes de educação pública, previdência social,

democracia representativa e poder de decisão política não proporcionam a informação necessária e não favorecem a participação popular" (VARINE-BOHAN, 2014, p. 26-27). Com isso, o museu deveria servir como um meio de comunicação e experimentação para a promoção de participação social na tomada de decisões que beneficiam a própria comunidade (VARINE-BOHAN, 2014). A ideia de destinar aos museus a possibilidade de desenvolvimento comunitário que passa pela necessidade de participação nas decisões possui uma ponte com as teorias desenvolvidas sobre a teoria participativa da democracia, principalmente no que toca a função educativa.

Dentro do debate sobre a participação na democracia, Pateman (1992) evidencia que a palavra participação passou a ser recorrentemente utilizada dentro de discursos políticos e pela mídia a partir da década de 60 do século XX, e que apesar de o termo ter sido difundido, muitos teóricos da sociologia política consideravam tal participação perigosa, com a possibilidade de desembocar em um regime totalitário ou afetar a estabilidade democrática.

A crítica de Pateman (1992) é construída com a análise das teorias contemporâneas da democracia, nessa discussão considera que para os teóricos modernos a democracia "clássica" não é científica e empírica, a partir disso, ressalta o fato de as atuais discussões estarem vinculadas à revisão teórica feita por Joseph Schumpeter, esse que pautou que as teorias clássicas não correspondiam à realidade, porém, os contemporâneos não fazem uma reflexão acerca das mesmas; com isso, traz um estudo da teoria de Rousseau, John Stuart Mill e G. D. H. Cole. E para o presente trabalho servirão como ponte para compreensão da pretensão da museologia social como prática que ajuda e incentiva a participação.

A teoria de Rousseau sobre a participação política dos indivíduos é considerada como a base da democracia participativa, mesmo que não tenha descrito a função da participação dentro de uma sociedade industrial moderna e sim uma cidade de camponeses, para ele a vontade geral deveria prevalecer à individual e a participação provoca um impacto psicológico diante das instituições sociais e políticas, uma função educativa de ensinar a relação entre púbico e o privado, ensinar a cidadania, também possui função de integração e pertencimento. J. S. Mill já pensa a democracia participativa dentro de um sistema político moderno, também ressalta para o caráter educativo da participação política dentro de um âmbito local e, assim como Rousseau, essa prática torna possível pensar a dimensão do público e não somente o privado. G. D. H. Cole amplia a questão da participação, no sentido de que o indivíduo deve participar de decisões em diversas associações que lhe dizem respeito, dentro do bairro, trabalho, deve participar da organização e formulação de leis, os indivíduos e as instituições não devem estar separados (PATEMAN, 1992).

A proposta de uma museologia que incentiva a participação social nas decisões sobre resolução de problemas internos da própria comunidade segue a mesma linha dos teóricos apresentados, primeiramente porque são museus que possuem como proposta o desenvolvimento da comunidade local, abrangendo a concepção de patrimônio, agora ligado à história, cultura, tradição, território e o meio ambiente; para que funcione torna-se necessário uma reflexão coletiva dos problemas referentes à comunidade, ou seja, pensar o público, os problemas que tocam a todos. Dessa forma, o museu pode ser visto como uma reunião das associações comunitárias que determinado território possui, que se reúnem para discutir e pensar a dimensão pública, assim, para além de beneficiarem a população local na questão de reconhecimento e identidade cultural, também influencia no trabalho educativo com a participação social.

5. Considerações finais

A intensão desse trabalho foi de contribuir para o debate entre a museologia e as ciências sociais, com a pretensão de demonstrar que ambas as áreas possuem pontos em comum. Com isso, a Museologia Social foi colocada para pensar novas formas de se fazer museus e de se compreender as histórias e identidades, com a proposta de partirem de baixo para cima, de representar a comunidade na qual está inserida, é um museu de território, pois só faz sentido dentro de sua comunidade; um museu que deve agir de forma orgânica com essa, e estimular a participação para pensar problemas, soluções e a busca pelas histórias e memórias do lugar de onde falam, podem servir como meio de reconhecimento, de se auto reconhecer em uma história e do reconhecimento público em relação às histórias particulares.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito da História*. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.

CHAGAS, Mário de Souza; ABREU, Regina. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. *MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n. 3, p. 130-152, 2007. ISSN 1807-6149. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/01/Musas3.pdf. Acesso em: 21 jul. 2017.

COSTA, Sergio. *Pós-colonialismo e différance*. In: Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 83-109.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio: MAST*, vol. 6, n. 1, p. 99-117, 2013. ISSN 1984-3917. Disponível em: http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/issue/view/15. Acesso em: 21 jul.2017.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 102 p.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 161 p.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Canibalismo da Memória: O Negro nos Museus Brasileiros. *Revista do IPHAN*. Rio de Janeiro, n. 31, p. 37-57, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.

VARINE-BOHAN, Hugues de. O ecomuseu. *Revista Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 27, p. 61-90, jan./jun. 2000.

VARINE-BOHAN, Hugues de. O museu comunitário como processo continuado. *Revista Cadernos do CEOM*, Ano 27, n. 41, p. 25-35, dez. 2014. ISSN 2175-0173. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168/showToc. Acesso em: 21 jul. 2017.